

1 Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (27/07/2026), às
2 15h15, deu-se início à Reunião Ordinária Mensal do Conselho Municipal de Saúde
3 (COMUS). Estiveram presentes: Representantes dos Gestores: Tatiany Pereira de
4 Oliveira (suplente), Daniel Freitas Alves Pereira (titular), Renildo Carvalho da Silva
5 (suplente), Thulio Corrêa Davila (suplente), a Secretária de Saúde Dra. Águida Elena B.
6 Fernandes Cambaúva (titular), Marília Sangion (titular) e Geraldo de Faria Cardoso
7 (suplente). Representantes dos Trabalhadores: Karina Conceição dos Reis Costa (titular),
8 Solange Rosa da Silva Faria (titular), Flávio Fernandes de Carvalho (suplente) e Raquel
9 Gomes de Souza (titular). Representantes dos Usuários: Alessandro Lorena Coimbra
10 (titular), Eliana Aparecida Sant'Ana Rabello Araújo (suplente), José Carlos R. Arana
11 (titular), José Clemente de Melo Zuza (titular), Leandro Savio Pereira Veloso (titular),
12 Wandir Porcionato (titular), Rogério Silveira (titular) e Nivaldo Paiva (titular).
13 Convidados e Ouvintes: Leila Rondel Passos (Diretora de Especialidades da Secretaria
14 de Saúde), Luiz Guilherme A. dos Santos, Ricardo de Sousa Lucenda, Marlene Rodrigues
15 de Almeida, Simone Freitas Veiga, Anderson Nunes de Matos Jr., Atalita Moreira
16 Fernandes, Eliseu Rocha Moreira e Priscilla Gonçalves Candia de Oliveira. Justificaram
17 ausência: Daniel Gantner Freire (titular), Jair Ribeiro Santiago Filho (titular), Alessandra
18 Acosta Cristo Veigas (titular), Salvador Cabrera Santiago (suplente) e Adenilson de
19 Marins. A Presidente, Sra. Karina Reis, iniciou a reunião apresentando aos presentes o
20 convite encaminhado pela Dra. Rosemary Correa, em nome do Conselho Estadual da
21 Condição Feminina (CECF), para participação na cerimônia de entrega do Troféu em
22 comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A
23 presidente Sra. Karina Reis, informou que o Conselho Estadual da Condição Feminina
24 realiza anualmente a referida solenidade com o objetivo de reconhecer e homenagear
25 mulheres negras que se destacaram por suas trajetórias e atuações na luta contra o racismo
26 e a discriminação. Relatou que, conforme o convite recebido a Comissão de Mulheres
27 Negras Eliza Gabriel, após análise das indicações realizadas selecionou cinco mulheres
28 negras e uma entidade para receberem o reconhecimento neste ano. Foi informado que a
29 homenagem será realizada no dia 03 de agosto de 2026, às 09h00, na Câmara Municipal
30 de São Paulo, localizada no Viaduto Jacaré, nº 100, Bela Vista – São Paulo/SP. A
31 Presidente registrou que o convite recebido reconhece sua trajetória de atuação e
32 participação em movimentos sociais voltados à defesa dos direitos das mulheres negras,
33 sendo destacada pelos organizadores a importância de sua presença na solenidade.
34 Sugeriu, ainda, que no município também sejam realizados eventos voltados ao tema.
35 Dando sequência à reunião, realizou breve explanação sobre a campanha de
36 conscientização de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a
37 Mulher, que acontece no mês de agosto em todo o país. Reforçou o convite para o
38 lançamento do Fluxo Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar
39 Contra a Mulher, que será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de
40 Jacaré (CMDM), no dia 05/08/2026 às 17h30, no Auditório da Secretaria Municipal de
41 Educação de Jacaré. Propôs que para a próxima reunião, o tema seja apresentado aos

42 conselheiros e ouvintes em formato de palestra ou capacitação, colocando-se à disposição
43 para solicitar à Dra. Rosemary Correa a realização da apresentação sobre o tema.
44 Reforçou que todos os presentes são formadores de opinião e multiplicadores de
45 informações, sugerindo que se possível, para o referido evento, todos compareçam
46 utilizando uma peça de roupa ou acessório na cor lilás, a fim de reforçar o movimento. O
47 Sr. Alessandro sugeriu que a próxima reunião aconteça no auditório da Câmara
48 Municipal, e a presidente Sra. Karina Reis, acolheu a sugestão informando que verificará
49 a disponibilidade do local. Na sequência, a presidente questionou se todos haviam
50 realizado a apreciação da ata da reunião do dia 22/06/2026, sendo confirmado pelos
51 presentes que sim. A Dra. Águida solicitou a correção de seu nome, onde se lê: “Águida
52 Helena B. Bernardes Cambaúva”, leia-se: “Águida Elena B. Fernandes Cambaúva”. O
53 Dr. Daniel Freitas solicitou a correção do nome do Sr. Thulio, onde se lê: “Thúlio Corrêa
54 A.”, leia-se: “Thulio Corrêa Davila”. Sem mais ressalvas, a ata foi aprovada por
55 unanimidade. Logo após, a presidente Sra. Karina Reis, submeteu à votação a ata da
56 reunião extraordinária do dia 22/07/2026, sendo também solicitadas pela Dra. Águida as
57 correções dos nomes. Foi realizada a retificação da Ata da Reunião Extraordinária do
58 COMUS, realizada em 22/06/2026, exclusivamente para correção dos sobrenomes dos
59 Conselheiros Dra. Águida e Sr. Thulio, que haviam sido registrados incorretamente por
60 erro de digitação, permanecendo inalterados todos os demais termos, registros e
61 deliberações constantes da referida ata. Após, foi realizada a votação da ata apresentada
62 que foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a ordem do dia, a presidente Sra
63 Karina Reis convida Dr Nivaldo para realizar o parecer técnico da Comissão de Revisão
64 do Regimento Interno do COMUS, antes, Sr Alessandro solicita a conferência do quórum
65 para verificação de paridade e Dr Daniel Freitas pontua que por questão de ordem, tal
66 pedido não se aplicava ao momento, uma vez que a paridade já havia sido realizada pela
67 secretária executiva no início da reunião. A presidente Sra. Karina Reis, concordou com
68 a observação apresentada pelo Dr. Daniel Freitas e solicitou que o Dr. Nivaldo desse
69 continuidade à sua explanação. O Dr. Nivaldo informou que a primeira providência
70 adotada pela Comissão foi avaliar a necessidade de elaboração de um novo Regimento
71 Interno ou a realização de adequações no documento vigente que após análises, concluiu-
72 se pela manutenção do Regimento atual, com a realização das adequações e correções das
73 incongruências já identificadas. Informou ainda, que foi elaborada uma minuta contendo
74 as propostas de alteração, a qual foi encaminhada e está sendo analisada pelos membros
75 da Comissão. Esclareceu que a cada reunião, são discutidos os artigos individualmente,
76 citando como exemplo o debate acerca da legalidade do voto da Presidência do Conselho
77 em situações de empate nas deliberações, oportunidade em que os membros discutiram a
78 manutenção do voto paritário da Presidência e a definição de um critério para desempate,
79 sendo considerada a adoção da idade dos votantes como critério de desempate. Na
80 sequência, destacou a previsão de criação de Grupos de Trabalho para tratar de assuntos
81 específicos, os quais poderão ser instituídos de acordo com a demanda apresentada. Por
82 fim, mencionou a Ordem do Dia como outro tema relevante em análise, ressaltando a

83 necessidade de sua regulamentação criteriosa, de modo a preservar a boa fluidez e a
84 organização das reuniões. Por fim, reforça que foi prorrogado o prazo para avaliação da
85 minuta enviada aos membros do Conselho para até a próxima reunião da Comissão. Sr
86 Alessandro questiona se existe algum prazo para finalizar a revisão e adequação do
87 Regimento e Dr Nivaldo sinaliza que no momento não existe um prazo específico, visto
88 que se trata de um documento a ser analisado minuciosamente, além de acontecer as
89 discussões em reuniões mensais onde se discutem item por item e após ser colocado em
90 plenária. Sr Alessandro reforça a necessidade de estar pronto até o mês de setembro e Dr
91 Sávio cita alguns exemplos sobre as leis que amparam e regem o Regimento e que para
92 sintetizar uma na outra demanda tempo e estudo. Dr Nivaldo concorda e diz que considera
93 a sugestão do Sr Alessandro. Não havendo mais nenhum questionamento acerca do tema
94 apresentado, Dr Nivaldo encerra sua apresentação. Na sequência, a presidente Sra. Karina
95 Reis, reforçou que os trabalhos da Comissão do Regimento Interno exigem análise
96 detalhada e coerência, a fim de que os futuros conselheiros não sejam prejudicados,
97 ressaltando que a prioridade não é o prazo, mas sim a qualidade do trabalho desenvolvido.
98 Em seguida, convidou o Sr. Thulio para realizar a apresentação do relatório sobre o
99 andamento da Comissão de Obras. O Sr. Thulio iniciou sua apresentação com os
100 apontamentos das seis obras que estão em andamento. Informou que a obra da Unidade
101 de Saúde do Jardim Luiza possui encerramento contratual previsto para o dia 31/07/2026,
102 com previsão de entrega em 15/08/2026. Em relação à Unidade do Jardim Esperança,
103 informou que a obra se encontra com aproximadamente 40% de execução, na fase de
104 alvenaria. Quanto à Unidade do Jardim Imperial, relatou que a obra está com cerca de
105 20% de execução, encontrando-se na fase de fundação. Informou, ainda que a Unidade
106 do Jardim do Marquês está em fase inicial; que a Unidade do Bandeira Branca está com
107 a licitação em fase de encerramento para posterior início das obras; e que a Unidade do
108 Jardim Emília se encontra em fase de retomada do prédio anteriormente cedido ao Estado,
109 estando atualmente em elaboração do projeto para reforma da unidade. Aberta a palavra
110 para dúvidas, o Sr. Alessandro esclareceu que a Unidade do Jardim Luiza é decorrente de
111 uma outorga concedida a uma empresa que realizou construção acima do limite permitido,
112 sendo a contrapartida revertida para a construção da unidade de saúde. O Sr. Thulio
113 concordou com a observação. Na sequência, o Sr. Zuza questionou a morosidade na
114 execução da obra da Unidade do Jardim Esperança e perguntou se haveria possibilidade
115 de a obra não ser utilizada em razão do período eleitoral, visando captação de votos. O
116 Sr. Thulio esclareceu que, no início da execução foi necessária a adaptação da planta do
117 projeto, o que ocasionou atraso, porém a previsão de entrega permanece para maio de
118 2027. A Dra. Aguida complementou informando que exceto a Unidade do Jardim Luiza,
119 por possuir modalidade contratual distinta, as demais unidades seguem o cronograma
120 estabelecido pelo Ministério da Saúde, por meio do PAC (Programa de Aceleração do
121 Crescimento), havendo prazos para apresentação da documentação que devem ser
122 rigorosamente cumpridos. O Sr. José Arana questionou sobre as datas de início e término
123 das obras e sugeriu que nas próximas reuniões, sejam apresentadas as datas e as etapas

124 atualizadas de cada empreendimento, a fim de possibilitar melhor acompanhamento por
125 parte dos conselheiros. Em seguida, o Sr. Alessandro questionou se os recursos
126 provenientes do PAC estão sendo repassados dentro dos valores e prazos previstos. A Sra.
127 Priscilla esclareceu que os recursos são previstos integralmente, porém os repasses são
128 liberados gradativamente, de acordo com o andamento e as demandas da execução das
129 obras. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Thulio informou que as obras da Unidade
130 do Jardim Imperial permanecem na fase de fundação e que, embora tenham apresentado
131 avanços, vêm enfrentando algumas dificuldades. Antes de prosseguir, o Sr. Eliseu
132 destacou a importância de manter os conselheiros constantemente atualizados,
133 considerando que exercem o papel de ponte entre a Secretaria de Saúde e a comunidade.
134 A presidente Sra. Karina Reis, orientou que o melhor caminho é sempre buscar
135 informações verídicas e provenientes de fontes confiáveis, reforçando que a Secretaria
136 Municipal de Saúde permanece de portas abertas para prestar esclarecimentos à
137 população. Na sequência, a Dra. Aguida esclareceu que em relação à Unidade do Jardim
138 Imperial, a Secretaria Municipal de Saúde atua em conjunto com a Secretaria de
139 Planejamento (SEPLAN), observando todos os trâmites legais para encaminhamento da
140 documentação dentro dos prazos estabelecidos. Informou entretanto, que alguns desses
141 prazos não vêm sendo cumpridos pela empresa contratada e que após tratativas com o
142 Secretário de Comunicação, o assunto será levado ao Prefeito para definição das medidas
143 cabíveis e posterior divulgação das decisões à população. O Sr. Eliseu reforçou sua
144 preocupação em permanecer atualizado sobre o andamento das obras para que possa
145 prestar informações corretas à população, evitando dúvidas e expectativas sem resposta,
146 considerando sua representatividade junto à comunidade. Ressaltou ainda, a importância
147 da comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde e os conselheiros. Em resposta, a
148 Dra. Aguida afirmou que o objetivo é manter uma comunicação clara e transparente,
149 contando para isso, com a participação dos conselheiros e demais representantes da
150 população. Na sequência, o Sr. Ricardo questionou como foi identificado o declínio da
151 obra da Unidade do Jardim Imperial. O Sr. Thulio informou que foi constatada a
152 desmobilização do canteiro de obras, o que motivou a emissão de notificação formal à
153 empresa contratada. Acrescentou que caso ocorra a rescisão contratual, o fato será
154 devidamente publicado no Boletim Oficial. A Dra. Aguida complementou esclarecendo
155 que os serviços executados não foram pagos integralmente, tendo sido efetuado
156 pagamento apenas das etapas efetivamente concluídas. Informou ainda que, na hipótese
157 de rescisão contratual, a empresa que assumir a continuidade da obra receberá apenas os
158 valores correspondentes às etapas remanescentes da execução. O Dr. Daniel acrescentou
159 que nos contratos administrativos, a empresa executa o serviço para somente depois
160 receber pelos serviços realizados. A Dra. Aguida reforçou que todo o procedimento
161 observa os prazos previstos no edital, incluindo os períodos destinados à notificação,
162 manifestação da empresa, apresentação de defesa e eventual contestação, destacando que
163 todas as etapas se encontram devidamente documentadas. Por fim, o Sr. Ricardo
164 apresentou questionamento sobre eventual divergência caso a empresa contratada alegue

165 ter executado determinado serviço que não tenha sido reconhecido pela fiscalização. Em
166 resposta, o Sr. Thulio esclareceu que a avaliação é realizada por técnico da Prefeitura e
167 que se constatada a não execução do serviço, o respectivo pagamento não será efetuado
168 e caso for verificado alguma irregularidade no serviço, a empresa devolve o dinheiro. A
169 Dra. Águida complementou que a equipe técnica realiza visitas frequentes às obras para
170 acompanhar de perto a execução dos serviços e convidou os interessados a participarem
171 dessas visitas, a fim de conhecerem cada etapa dos trabalhos e esclarecerem eventuais
172 dúvidas. O Sr. Thulio informou que, nos próximos dias, haverá servidores da Prefeitura
173 realizando os serviços de responsabilidade do Município na obra, para que esta não
174 permaneça paralisada, tendo em vista a rescisão do contrato com a empresa anteriormente
175 contratada. A Sra. Raquel questionou se existe algum tipo de multa aplicável à empresa,
176 e o Sr. Thulio respondeu que sim. Em seguida, o Sr. Eliseu perguntou qual foi a
177 justificativa apresentada pela empresa para a paralisação da obra. O Sr. Thulio esclareceu
178 que a empresa alegou que o contrato deixou de ser economicamente viável, afirmando
179 que não compensava dar continuidade à execução da obra. O Sr. Eliseu questionou se
180 essa situação não poderia ter sido prevista anteriormente. Em resposta, a Dra. Águida
181 explicou que, em processos licitatórios, é relativamente comum que empresas apresentem
182 propostas e, posteriormente, concluem que o contrato não é vantajoso sob o ponto de vista
183 financeiro. O Dr. Daniel esclareceu que a Prefeitura não realiza pagamentos antecipados,
184 uma vez que os contratos administrativos seguem os procedimentos previstos na Lei de
185 Licitações, sendo o pagamento efetuado somente após a execução dos serviços. A Dra.
186 Águida complementou que há prazos legais a serem observados durante todo o processo,
187 o que pode causar a impressão de que a obra está paralisada. O Dr. Daniel acrescentou
188 que, via de regra, é impossível que a Prefeitura efetue pagamentos superiores aos serviços
189 executados, pois a empresa somente recebe após a comprovação da execução. Ressaltou
190 ainda que empresas que descumprem contratos administrativos podem sofrer sanções,
191 inclusive ficando impedidas de participar de futuras licitações no Município de Jacaré,
192 observando que não é possível realizar qualquer pré-julgamento, uma vez que a empresa
193 vencedora do certame atendeu aos requisitos exigidos pelo edital. O Sr. Alessandro
194 sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde torne pública a situação envolvendo a obra.
195 A Dra. Águida concordou com a sugestão e esclareceu que a decisão final cabe ao
196 Prefeito, mas que, tão logo haja confirmação das medidas a serem adotadas, a população
197 será devidamente informada. Reforçou, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde
198 permanece à disposição para prestar esclarecimentos e dar publicidade aos
199 desdobramentos relacionados às obras. A Presidente, Sra. Karina Reis, informou que o
200 relatório apresentado será disponibilizado aos Conselhos Gestores das Unidades (CGUs),
201 possibilitando aos conselheiros utilizá-lo como subsídio para prestar informações corretas
202 à população, reforçando novamente a disponibilidade da Secretaria Municipal de Saúde
203 para esclarecimentos. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Thulio informou que a
204 previsão de conclusão da obra da Unidade de Saúde do Jardim do Marquês é para o final
205 de 2027, por se tratar de uma obra de maior porte. Em relação à Unidade de Saúde do

206 Jardim Emília, informou que será uma obra de grande dimensão, com potencial para
207 desafogar outras unidades de saúde, acrescentando que a Prefeitura já retomou o
208 desenvolvimento do projeto. Ao final, colocou-se à disposição para esclarecer eventuais
209 dúvidas que surgirem posteriormente. Na sequência, a Presidente, Sra. Karina Reis,
210 apresentou atualizações sobre a Comissão Especial, informando que os trabalhos estão
211 avançando na estruturação do Projeto Trocando Ideias, cujo objetivo é promover
212 capacitações destinadas aos conselheiros dos CGUs, ressaltando, entretanto, que ainda é
213 necessário aguardar a conclusão da elaboração do projeto. Na sequência, solicitou
214 informações atualizadas sobre a confecção dos crachás, e o Sr. Thulio informou que novas
215 informações serão apresentadas na próxima reunião, tendo em vista que os responsáveis
216 pela confecção encontram-se ausentes. A Presidente informou que a pauta será retomada
217 na próxima reunião, com a expectativa de entrega dos crachás, bem como a apresentação
218 de novas informações sobre o Projeto Trocando Ideias. Acrescentou que será verificada
219 a possibilidade de realização da próxima reunião no auditório da Câmara Municipal,
220 contando com a presença da Dra. Rosemary Correa. O Sr. Zuza questionou se os crachás
221 também seriam confeccionados para os conselheiros dos CGUs. Em resposta, a
222 Presidente esclareceu que, neste momento, a confecção contempla apenas os membros do
223 COMUS, estando prevista, em etapa posterior do projeto, a emissão dos crachás para os
224 conselheiros dos CGUs. Na sequência, a Presidente, Sra. Karina Reis, concedeu a palavra
225 ao Sr. Alessandro para os informes. O Sr. Alessandro relatou ter recebido informação de
226 que o Setor de Transporte não dispõe de ambulância reserva, o que ocasiona prejuízos
227 aos usuários quando algum veículo apresenta problemas mecânicos. Em seguida,
228 questionou se existe previsão para aquisição de uma geladeira destinada ao
229 armazenamento de insulina na UBS Central. Também perguntou sobre a possibilidade de
230 disponibilização do salão da UBS Central para acolher os usuários que aguardam, durante
231 a madrugada, o transporte para consultas em outros municípios. Na sequência, questionou
232 sobre a mudança de endereço do CAPS Infantojuvenil (CAPS IJ), motivada por questões
233 estruturais, indagando ainda se o prédio do Laboratório Municipal também teria sido
234 afetado. O Sr. Thulio informou que existe laudo da Defesa Civil recomendando
235 investigação das rachaduras identificadas no CAPS IJ, ressaltando que não há risco
236 estrutural. Esclareceu ainda que será realizado estudo do solo tanto no CAPS IJ quanto
237 no Laboratório Municipal e que a busca por outro imóvel para funcionamento do CAPS
238 IJ constitui medida preventiva. A Dra. Águida complementou informando que está em
239 andamento a contratação da empresa responsável pelo estudo do solo. Em seguida, o Sr.
240 Alessandro questionou o motivo do cancelamento da aquisição dos tablets destinados aos
241 Agentes Comunitários de Saúde (ACS). O Sr. Thulio esclareceu que o processo foi
242 cancelado para possibilitar a aquisição de equipamentos com sistema operacional mais
243 atualizado. Na sequência, o Sr. Alessandro questionou sobre o repasse do Incentivo
244 Financeiro Adicional (IFA) aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de
245 Combate às Endemias (ACE), considerando que outros municípios realizam esse
246 pagamento diretamente aos servidores. A Sra. Priscilla esclareceu que os recursos podem

247 ser utilizados para outras finalidades, como capacitações voltadas aos agentes,
248 informando que, em Jacaré, o recurso é destinado ao pagamento do décimo terceiro
249 salário dos ACS e ACE. Acrescentou que eventual alteração na destinação do recurso
250 dependeria da elaboração de projeto de lei e de sua aprovação pela Câmara Municipal. O
251 Sr. Alessandro também questionou sobre a disponibilização das gravações das reuniões
252 anteriores e se essa prática continuará sendo adotada. A Dra. Águida respondeu
253 afirmativamente, esclarecendo que a reunião em andamento não estava sendo gravada em
254 razão da ausência do servidor responsável e informou que o setor jurídico está analisando
255 a forma de disponibilização do conteúdo gravado. Na sequência, o Sr. Alessandro
256 questionou a veracidade da informação acerca da redução do lanche servido às crianças
257 atendidas no CAPS I. A Sra. Leila esclareceu que a alimentação continua sendo fornecida
258 aos usuários que permanecem por período prolongado na unidade. Em seguida, o Sr.
259 Alessandro questionou sobre a atualização do Regimento Interno do CGU, que não é
260 revisado desde 2016. A Presidente, Sra. Karina Reis, esclareceu que a intenção da
261 Comissão de Revisão do Regimento Interno é, futuramente, revisar também o Regimento
262 do CGU, sendo, contudo, necessária a conclusão da revisão do Regimento Interno do
263 COMUS antes dessa etapa. Na sequência, o Sr. Alessandro questionou a falta de
264 uniformes para os Agentes Comunitários de Saúde. A Sra. Simone informou que o
265 processo de aquisição está em andamento e acrescentou que já foi instalada a geladeira
266 destinada ao armazenamento de insulina na UBS Central. O Sr. Thulio complementou
267 informando que recentemente foram recebidas diversas câmaras frias e geladeiras,
268 possibilitando o remanejamento dos equipamentos e o atendimento de todas as unidades.
269 Prosseguindo, o Sr. Alessandro questionou sobre as vagas em aberto no COMUS
270 destinadas às Associações de Moradores, indagando sobre a possibilidade de realização
271 de estudo para permitir que essas vagas sejam ocupadas por representantes de outras
272 entidades ligadas à saúde. O Dr. Daniel Freitas esclareceu que não há impedimento,
273 porém tal alteração dependeria de mudança na legislação vigente. A Dra. Águida
274 ponderou que restringir a participação apenas às pessoas ligadas diretamente à área da
275 saúde acabaria excluindo representantes de outros segmentos igualmente importantes
276 para o controle social. A Presidente, Sra. Karina Reis, informou que mantém contato com
277 diversas associações que estão regularizando sua documentação para participação no
278 Conselho. Destacou, ainda, que alguns Conselhos Gestores das Unidades encontram-se
279 com composição incompleta e que já solicitou à Secretaria Municipal de Saúde a
280 realização de eleição complementar para preenchimento das vagas. Não havendo mais
281 assuntos a serem tratados, a Presidente convidou o Sr. Guilherme para realizar a leitura
282 de seu poema autoral, intitulado "Mulher". A reunião encerrou-se às 16h37, eu, Solange
283 Rosa da Silva Faria, lavrei a presente ata.

284